

Fim de ano muito difícil no Zimbabwe

Está em causa a reforma agrária

PÚBLICO, 6.12.97

Jorge Heitor

O Presidente Mugabe pretendeu jogar na semana passada uma grande cartada populista ao anunciar para breve a concretização da reforma agrária que desde há anos vinha a prometer, mas ontem já teve de anunciar que será rectificada a primeira lista de terras a nacionalizar, pois a mesma estava a suscitar enormes protestos. Alguns observadores entendem que a redução das terras em poder dos brancos poderá significar quebra da produção e aumento do desemprego.

O antigo primeiro-ministro rodésiano Ian Smith é um dos 1503 fazendeiros, na sua maioria brancos, que o Governo do Zimbabwe vai aparentemente afectar, ao nacionalizar cinco milhões de hectares que pretende distribuir pela população que ainda não tem terra e que está a ficar cada vez mais desiludida com a forma como decorreram os primeiros 17 anos da Administração Mugabe. Mas a lista divulgada há oito dias causou tanta polémica que ontem já foi comunicado pela rádio oficial que virá a ser rectificada.

De acordo com a versão inicial, as autoridades tencionam

cortar uma fatia de 592 hectares à propriedade Gwenoro North, de Smith, que em Novembro de 1965 proclamou unilateralmente a independência da Rodésia, sob um regime branco aliado ao sistema sul-africano de apartheid.

O acordo assinado em Lancaster House, Londres, no ano de 1979, para que se organizassem finalmente eleições livres na Rodésia/Zimbabwe e o poder fosse entregue a quem as ganhasse, estipula que a redistribuição das terras daquela antiga colónia britânica deverá ser feita na base de um mercado livre, com assentimento de vendedores e compradores. Mas ao sentir-se acossado pelo descontentamento popular o Presidente Robert Mugabe, de 73 anos, não encontrou melhor saída do que alterar as regras do jogo e fazer da minoria branca do país — 80 mil cidadãos — um bode expiatório das insuficiências da sua própria Administração.

Os indivíduos de origem europeia, a que o chefe de Estado já se chegou recentemente a referir como "filhos da Grã-Bretanha", representam menos de um por cento de toda a população zimbabueana, que é de quase 12 milhões, mas controlam ainda uma boa parte da economia, a exemplo do que acontece na República da África do Sul.

Alguns milhares de diários de ascendência branca possuem de facto cerca de metade das terras comercialmente exploradas no Zimbabwe, onde se cultiva milho, soja, trigo, café, algodão e tabaco. É a muitos desses proprietários que Mugabe quer agora reduzir a extensão dos seus terrenos, apenas aceitando indemnizá-los pelas casas que lá tiverem construído e pelas alfaias, mas não pelo solo. Quanto a esse, diz que foi no século passado roubado aos negros; e que se houver queixas a fazer que se dirijam... a Londres.

Quebra económica

A produção agrícola deverá descer em mais de um terço nos próximos dois anos, devido a esta controversa reforma agrária, declarou na semana passada o presidente da Confederação de Agricultores, Nick Swanepoel.

A produção dos camponeses que vierem a ocupar as terras nacionalizadas de acordo com a lista publicada na semana passada deverá ser baixa, pois que não têm acesso a empréstimos, a equipamento e a técnicas mais evoluídas, comentaram alguns analistas citados pela Reuters.

Os visados tinham até ao dia 28 deste mês para apresentar recurso, se achassem que as terras requisitadas pelo Estado não correspondiam aos critérios que haviam sido anteriormente anunciados. Nomeadamente, baldios e explorações agrícolas subaproveitadas.

Muitos agricultores nem sequer esperaram uma semana para levantar a hipótese de a concretização do que foi anunciado poder muito bem vir a significar o desemprego de mais de 100 mil trabalhadores agrícolas; o que em certa medida seria quase um resultado inverso do pretendido pelas autoridades, quando dizem que o que desejam é ajudar um maior número de cidadãos a ter uma vida razoável, para que haja mais justiça social.

O Presidente Mugabe, líder da União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU/Frente Patriótica), que ganhou as eleições efectuadas logo após a conferência de Lancaster House e todas as posteriormente efectuadas, fez aprovar em 1992 uma lei que autoriza o Estado a arranjar ter-

ras para quem as não tenha, mas muitos estudiosos do problema têm dito que da forma como se fizer a reforma agrária dependerá bastante o futuro da

economia nacional. Ela tanto poderá encaminhar o país para um futuro risonho como para uma realidade sombria, tudo dependendo de haver ou não bom senso na passagem à prática dos grandes princípios de que se partiu.

Em 1994 fez-se um primeiro ensaio daquilo que se quer agora realizar em grande escala e, segundo a AFP, uma das propriedades expropriadas acabou por ir parar às mãos do ministro da Agricultura, em vez de ficar em poder das 33 famílias de camponeses pobres às quais fora prometida.

Quando ao próprio Robert Mugabe, possui desde há meses uma das maiores explorações agrícolas dos arredores da capital, Harare, ao ter adquirido na zona de Norton, por preço não especificado, os 155.481 hectares de Highfield Estates, que pertenciam a William Munson, falecido o ano passado.

O Presidente está desde ontem em Mutare, junto à fronteira com Moçambique, para a conferência anual da ZANU/Frente Patriótica; e aí deverá dizer hoje aos seus correligionários que tem vindo a dar passos decisivos para acabar com as velhas desigualdades existentes na distribuição de terras.

Entretanto, coincidência ou não, o chefe da oposição, reverendo Ndabaningi Sithole, de 78 anos, foi ontem mesmo considerado culpado, pelo Supremo Tribunal do Zimbabwe, de ter mandado treinar alguns elementos com o objectivo de virem a assassinar Mugabe.

Três décadas antes, na mesma sala, o pastor metodista Sithole fora condenado a seis anos de cadeia por ter fomentado uma conjura contra... Ian Smith. ■

MOÇAMBIQUE

Suazilândia reivindica território

EXPRESSO, 6.12.97

A SUAZILÂNDIA, um pequeno reino montanhoso enclavado entre a África do Sul e Moçambique, levantou, na semana passada, uma reivindicação territorial alegando que parte substancial do território meridional moçambicano, incluindo a capital, é parte integrante do território suazi e que teria sido anexada durante a ocupação colonial, na base do pacto celebrado entre os governos português e britânico.

O Presidente Joaquim Chissano afirma que o seu

Governo nunca foi abordado pelas autoridades de Mbabane sobre o presumível diferendo fronteiriço. «É falsa a reivindicação dos direitos sobre o Sul do país pela vizinha Suazilândia. Não existe nenhuma parte do território suazi anexada por Moçambique», afirmou.

A reclamação territorial suazi foi veiculada com destaque pela imprensa suazi, citando o presidente do Comité Suazi para o Ajustamento Fronteiriço, o príncipe Khuzulwandle, e o antigo primei-

ro-ministro da Suazilândia, Bekimpi Dlamini. Ambos defenderam, no Senado da Suazilândia, que o território suazi cobre toda a região sul de Moçambique, incluindo a cidade de Maputo.

«Promessa» de Spínola

«Quero dizer-vos que o que nós temos agora não são as fronteiras reais do nosso país. Actualmente, o nosso território estende-se para além da fronteira de Lomaacha/Namaacha, indo até ao coração de Maputo. Já o rei Mswati II reclamara isso aos portugueses. Toda a região sul de Moçambique, incluindo o Maputo, pertence à Suazilândia, de acordo com as conquistas de Mswati II», afirmou, no Senado, o príncipe Khuzulwandle, acrescentando: «O próprio general António de Spínola sabia que havia um vasto território suazi no interior de Moçambique». O mesmo teria prometido que, quando Moçambique se tornasse independente, tal porção do território seria devolvida à administração suazi.

Por seu turno, Bekimpi sustenta que existem documentos que provam a legitimidade da alegação, sendo que o Rei Mswati II chegou a enviar a Portugal ministros do seu gabinete para discutir o assunto com o Governo de Lisboa, a ponto de

serem rubricados acordos entre as duas partes, substanciando a hipótese de devolução do território reclamado pela Suazilândia.

«Tenho exemplos de países que tiveram que recorrer à força das armas para rever o seus territórios, e espero que não tenhamos que chegar a esse extremo», referiu Dlamini.

O reino afirma que não se submeterá às recomendações da Declaração de Princípios da Organização da Unidade Africana (OUA) que obriga todos os países membros a reconhecer as fronteiras desenhadas durante a partilha colonial do continente africano na histórica Conferência de Berlim.

O secretário executivo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), o namibiano Kaire Mbwende, disse que, apesar de ter que respeitar as fronteiras coloniais, «nada obsta que elas possam ter algum problema que deva ser levado à discussão em fóruns adequados que existem na organização», afastando a hipótese da disputa conduzir a uma confrontação armada. A Suazilândia tem velhas ambições territoriais que permitem ao país possuir uma saída para o mar.

REFINALDO
CHILENGUE

correspondente em Maputo

ANGOLA

Savimbi frustra plano dos EUA

EXPRESSO, 6.12.97

O ANO político de Angola vai, mais uma vez, acabar no ponto zero. O líder da UNITA, Jonas Savimbi, recusou pela décima quinta vez ir a Luanda encontrar-se com o Presidente José Eduardo dos Santos, frustrando as intenções norte-americanas. Os EUA preparavam-se para, na próxima sexta-feira, fazer coincidir a visita da secretária de Estado, Madeleine Albright, com a realização de uma cimeira entre ambos.

O gabinete de Eduardo dos Santos, que regressa hoje do Brasil, onde foi operado ao tendão de Aquiles, considera que a recusa de Savimbi em ir a Luanda inviabiliza qualquer hipótese de um encontro este ano. A UNITA, por seu turno, argumenta que a delicadeza dos problemas a tratar não passa pelos americanos. «Não faz sentido o nosso Presidente vir a Luanda quando uma das questões a abordar com o Presidente Eduardo dos Santos é exactamente a das condições para a sua instalação na capital. Como entendemos que não existem ainda essas condições, o Presidente Savimbi não vem», disse um deputado do Galo Negro.

Os Estados Unidos — que à última hora tinham decidido incluir Angola no périplo africano de Madeleine Albright, para sentarem à mesma mesa, pela primeira vez em Luanda, o líder da UNITA e o Presidente Eduardo dos Santos — gostaram pouco do novo adiamento.

«Savimbi vai ter que perceber, mais cedo ou mais tarde, que a defesa dos nossos interesses estratégicos em Angola não pode continuar a ser posta em causa», disse ao EXPRESSO um funcionário da embaixada norte-americana em Luanda.

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

Não deixe de assinar

ESTUDOS
AFRO-ASIÁTICOS

É fácil. É só ligar
(021) 531-2636

Secretária de Estado norte-americana inicia hoje uma visita a África

Albright no continente esquecido

PÚBLICO, 8.12.97

PROMOVER os interesses dos Estados Unidos na região dos Grandes Lagos é o primeiro dos objectivos da secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, na viagem de uma semana que hoje inicia a sete países africanos, incluindo Angola e o Zimbábue.

Washington quer que haja justiça, integração económica e estabilidade na região onde se situam o Uganda, o Ruanda e a República Democrática do Congo (RDC), ex-Zaire, para que não ocorram mais tragédias ou perseguições maciças, podendo as energias de cada povo ser essencialmente canalizadas para as tarefas do desenvolvimento.

Em segundo lugar, o Departamento de Estado pretende aprofundar as relações com uma série de líderes africanos, incluindo o primeiro-ministro etíope, Menes Zenawi, o presidente ugandês, Yoweri Museveni, o vice-presidente ruandês, Paul Kagamé, o Presidente da RDC, Laurent-Désiré Kabila, e o chefe de Estado angolano, José

Eduardo dos Santos.

Só em terceiro lugar, de acordo com um briefing dado a semana passada em Washington, é que surge na lista de prioridades norte-americanas para esta viagem de Madeleine Albright o desejo de falar directamente com as populações africanas, em particular os jovens e as mulheres.

Em Adis Abeba, hoje e amanhã, para além dos óbvios contactos com Menes Zenawi, um dos novos amigos dos Estados Unidos no Terceiro Mundo, a secretária de Estado tenciona visitar a sede da Organização de Unidade Africana e conferenciar com o respectivo secretário-geral, que é o tanzaniano Salim Ahmed Salim.

Depois, no Uganda, a meio da semana, Albright dialogará não só com o poderoso Museveni mas também com a vice-Presidente, Spechioza Kazibwe, uma das raras mulheres que na África contemporânea foi tão longe na carreira política.

Seguem-se as deslocações ao Ruanda e à RDC, importante território do interior do continente que tem fronteiras com nove países e de cujo futuro dependerá em grande parte aquilo

que no século XXI irá ser a África subsariana.

Escala em Angola

Na sexta-feira, a chefe da diplomacia norte-americana vai ao Futungo de Belas visitar o Presidente José Eduardo dos Santos, que no sábado regressou do Brasil, onde esteve três semanas em tratamento ao tendão de Aquiles do seu pé direito.

Albright deverá comunicar então a preocupação dos Estados Unidos por as forças angolanas terem ido em Outubro em socorro do antigo Presidente congolês, Denis Sassou Nguesso, cuja milícia combatia as forças leais ao Presidente Pascal Lisboa.

Durante a permanência em Luanda, admite-se um encontro com o chefe da bancada parlamentar da UNITA, Abel Chivukuvuku, e com o representante desse partido na Comissão Conjunta encarregada da aplicação do Protocolo de Lusaca, Isaías Samakuva.

"Também comunicámos ao dr. Savimbi que, se esti-

vesse interessado em ir a Luanda, teríamos muito prazer em contactar com ele", disse a semana passada um alto funcionário do Departamento de Estado, provocando risos entre os jornalistas que assistiam ao "briefing".

"Estão a rir e eu bem sei porquê...", prosseguiu o colaborador de Madeleine Albright, reconhecendo que, do ponto de vista da imprensa ocidental, uma das coisas mais difíceis no mundo actual é conseguir que o líder da UNITA se disponha a deslocar-se à capital do seu próprio país.

Uma das últimas etapas do périplo será a República da África do Sul, para um diálogo duplo: com o Presidente Nelson Mandela e o vice-Presidente Thabo Mbeki, que dentro de 17 meses lhe sucederá provavelmente no cargo após a realização de eleições gerais.

Depois das estadas em Pretória e na Cidade do Cabo, a enviada de Washington ainda se desloca a Harare, para conhecer aquele que é, há quase 18 anos, o líder do Zimbábue, Robert Mugabe, que esta semana tem de enfrentar uma greve geral convocada pela maior central sindical do país. ■ J.M.

Comentário

Scott Nathanson*

Miopia americana

PÚBLICO, 8.12.97

O PRESIDENTE Clinton deu os últimos retoques na sua "nova" política africana ao nomear Jesse Jackson enviado especial para a promoção da democracia em África. Mas Jackson, antes de começar, deve compreender o que é que na verdade vai promover.

Durante a sua viagem africana deste ano, Hillary Clinton saudou a transição de tantos países africanos para a democracia e prometeu que a política norte-americana seria apoiar a liberdade e a paz. No entanto, se se raspar a superfície, surge uma imagem bastante diferente.

A Administração Clinton está a violar o primeiro mandamento dos grupos pró-democracia: Não ajudarás as forças armadas africanas, muitas vezes corruptas.

As estatísticas são conflagradoras. Dos mais de 3.400 oficiais africanos treinados no programa internacional americano de edu-

cação militar, em 1991-1995, 69 por cento eram de países de regime autoritário. Oitenta e um por cento pertenciam a países cujas forças armadas têm grande poder político e económico. O treino americano dá aos exércitos dos países em desenvolvimento capacidades que já têm sido utilizadas para reprimir dissidentes.

Treino semelhante é dado no terreno por intermédio dos programas norte-americanos de exercícios conjuntos. Aí, também, as estatísticas demonstram que a preponderância do treino americano para combate na África é em países autoritários (55 por cento) ou com forças armadas independentes do controlo civil (71 por cento).

Um perfeito exemplo da expansão destes exercícios é que os Estados Unidos começaram rapidamente a treinar os militares ruandeses depois da tomada do poder pelos tutsis. Entidades

americanas reconhecem que algumas destas tropas poderão ter sido "inadvertidamente" utilizadas na rebelião de Laurent Kabila no Zaire, agora República Democrática do Congo. Trata-se do mesmo Kabila que chegou a rejeitar apelos para permitir a investigação dos direitos humanos nas áreas sob o seu controlo.

No topo de tudo, uma nova Iniciativa de Resposta à Crise Africana foi estabelecida para aceitar apenas países que "têm sistemas militares que aceitem a supremacia da governação civil democrática", de acordo com um documento elaborado em 7 de Julho pelo Departamento de Estado. Forças especiais americanas estão a treinar tropas africanas para resposta a uma crise que ameace a estabilidade de um país ou região, como foi o genocídio ruandês de 1994.

No entanto, de acordo com John Christiansen, o coordenador adjunto da Resposta à Crise, a "eficiência militar mínima" é agora a prioridade, e já não a governação civil. Apenas um dos sete países escolhidos para serem treinados pode ser considerado uma democracia. Os receios de má utilização das tropas preparadas por

tal programa concretizaram-se quase de imediato, quando as primeiras tropas treinadas no Uganda foram enviadas para a guerra contra forças rebeldes.

Charlie Snyder, subchefe do Serviço África do Departamento de Estado, defendeu num recente debate o relacionamento com ditadores africanos. Como é que chamou a esta política? "Compromisso construtivo". Ironicamente, trata-se da mesma expressão que a Administração Reagan utilizou para justificar na década de 80 o seu relacionamento com o regime sul-africano de apartheid.

A utilização da expressão "compromisso construtivo" demonstra a miopia da Administração Clinton em relação a África. As autoridades continuam a alegar que a única maneira de conseguir que forças armadas abusivas façam a transição para a democracia é treiná-las para serem mais efectivas. Há poucas provas em apoio desta tese. Somália, Ruanda, Zaire? Qual destes países tem exércitos que respeitem mais a administração civil e os direitos humanos por causa do nosso "compromisso construtivo"? ■

* exclusivo PÚBLICO/"Newsday"

Cineasta guineense Flora Gomes em entrevista ao PÚBLICO

“A África não pode ficar parada”

PÚBLICO, 11.12.97

Sérgio C. Andrade

O realizador guineense Flora Gomes acredita no futuro de África e na possibilidade de o homem se relacionar com o seu planeta de uma maneira mais equilibrada. Um optimismo manifesto no seu mais recente filme, “Pau Sangue”, esta semana estreado no Porto. Em entrevista ao PÚBLICO, o realizador defende a reconciliação do seu continente consigo próprio. E acrescenta que é preciso “perdoar”, como disse Mandela.

Imagens de África é um ciclo de cinema que hoje termina no Teatro Rivoli. A mostra reuniu nove filmes da produção recente do grande continente negro e foi o arranque de um projecto que, com periodicidade bienal, se propõe apresentar no Porto as expressões de uma cinematografia quase totalmente desconhecida entre nós.

Apesar desse desconhecimento, alguns nomes têm já uma certa familiaridade para os cinéfilos portugueses. É o caso do guineense Flora Gomes, realizador de “Os Olhos Azuis de Yonta”, já exibido nos nossos ecrãs. O cineasta deslocou-se agora ao Porto para apresentar o seu filme mais recente, “Pau Sangue”, exibido na segunda-feira, no primeiro dia do ciclo Imagens de África.

Flora Gomes estudou em

Cuba e fez o seu primeiro filme, “A Guerra Acabou” (exibido em Portugal no extinto Festival de Cinema de Aveiro), pela mão do documentarista francês Chris Marker. “Pau Sangue”, a sua terceira longa-metragem, foi apresentada em Cannes o ano passado e premiada no Festival de Cartago, na Tunísia, esperando agora distribuição nas salas portuguesas. É um belo filme, inspirado na riqueza da mitologia guineense e africana, mas no qual Flora Gomes quis transmitir uma mensagem universal: para que a África se reconcilie consigo própria, e para que o homem se reconcilie com a natureza e o mundo.

PÚBLICO — Pau sangue, para além de designar a árvore, tem algum significado dentro da mitologia guineense ou africana?

FLORA GOMES — Não tem nenhum significado especial na nossa tradição. Para mim, todos somos árvores e seres humanos ao mesmo tempo. Essa história foi inventada por mim: de cada vez que nasce uma criança, planta-se uma árvore, e a árvore e esse ser humano crescem ou morrem juntos. Isto é para mostrar que seria bom olharmos de outra maneira para este planeta que juntos habitamos.

P. — Mas a história dos gémeos que têm de ser separados à nascença faz parte da mitologia africana...

R. — Sim, mas também foi contada de maneira a poder sustentar essas duas árvores, essa formação entre o gémeo-ser humano e o gémeo-árvore. E o gémeo da aldeia chegou a um momento em que praticamente sentia a presença da árvore tão forte que se falavam.

P. — Como é que surgiu a ideia do filme?

R. — É uma forma de homenagem ao legado de Amílcar Cabral. Cabral é um homem que marcou toda a nossa geração; é uma personalidade não só africana, mas que ultrapassou a dimensão internacional...

P. — E que está ainda presente na vida quotidiana guineense?

R. — Sim, muito presente, no meio dos escritores, pintores, mas também nas novas gerações. A presença de Cabral é muito forte, como intelectual, como homem de cultura.

A ideia do filme surgiu-me quando eu viajava de carro nu-

ma zona na Guiné, a Granja. Vi essa zona, em que plantam muitas árvores, a ser queimada. Então disse comigo: “Também sou uma árvore, eventualmente um dia posso estar a ser queimado sem dar conta disso.” Foi assim que me surgiu a ideia de fazer este filme. Também para chamar a atenção do que é que representam as árvores numa sociedade.

P. — “Pau Sangue” narra uma história local, mas que passa, depois, para uma dimensão continental — o encontro dos habitantes da aldeia guineense com a tribo árabe — e contém, no fim, uma mensagem universal. Estamos perante uma tentativa de libertar o cinema africano dos seus limites culturais?

R. — Quando faço um filme, faço-o para que possa ser visto e compreendido não só pelos africanos e pelos guineenses, mas pelos espectadores de todo o mundo. Esse encontro dos povos... Nós todos estamos sempre viajando, e, nessas viagens, mal chegamos, estamos-nos a preparar outra vez para voltar.

P. — O seu filme é um apelo ao regresso a África, depois dos tempos conturbados que aí se têm vivido?

R. — O regresso a África... uma parte é verdade. Mas também aqui, em Portugal, muitos jovens partiram, muitas pessoas foram à procura de outras coisas que não encontravam aqui. É verdade que esse regresso simboliza o nosso continente, porque é o maior e o que tem maiores conflitos. Mas não é só o regresso, é sobretudo a reconciliação: “perdoar”, como disse, e bem, o Mandela, que é também um homem que admiro muito. E nós vamos também saber perdoar para juntos construirmos essa aldeia. Estamos no fim do milénio, e a África não pode ficar parada. O meu filme expressa esse movimento.

P. — “Pau Sangue” manifesta um grande optimismo...

R. — Exactamente. É a própria menina, no final, vem convidar-nos a sorrir, a voltar a plantar árvores. Costumo dizer que nós não temos medo da morte; temos medo do modo de morrer. Essa criança quer que não se sinta medo de

nada. E eu gostaria que essa miúda, um dia, quando passar cá em Lisboa, seja vista como um homem no pleno sentido da palavra: que não seja vista como uma pessoa que vem cá roubar, aqui, em Portugal, na França, ou nos EUA...

P. — Mas a realidade actual em África — e no mundo — está ainda bem longe desse seu sonho?

R. — Mas nós acreditamos. Há muitas coisas a acontecer em África, mas, infelizmente, as coisas positivas que aí acontecem não são notícia, ou levam muito tempo para cá chegar. E há muitos filmes, muitas pinturas, canções, livros, que acreditam no próximo milénio. Nós não podemos esperar o próximo milénio da mesma maneira que estamos a sobreviver no século XX. Há muitas travessias a fazer, que não são fáceis; há tempestades que temos de esperar, mas nós, africanos, sabemos também que, possivelmente, era necessária essa tempestade. Isso também aconteceu na Europa. Muitas vezes as pessoas falam da nossa incompreensão porque falamos “n” línguas. Mas quantas línguas se falam aqui na Europa?... A África também tem de passar por isso, e acho que os actuais dirigentes — não tanto os políticos, mas os intelectuais, os artistas, que são as pessoas que têm uma mensagem muito clara.

P. — Tem em mãos algum projecto para um novo filme?

R. — Quero fazer uma comédia musical. É a história de uma rapariga que faz parte de um grupo coral na Guiné e a quem a família proíbe de cantar — dizem que na família quem cantava morria. Então essa miúda, que tem um belíssima voz, consegue uma bolsa, viaja e vai fazer os estudos num país da Europa, onde acaba por gravar um disco que tem grande sucesso. Decide, então, voltar à Guiné e encenar aí a sua morte num concerto público... Isto poderá ser filmado em Portugal, ou em qualquer outro país. Há bocado, dei umas voltas aqui pelo Porto, e há coisas muito interessantes para poder filmar nesta cidade. Poderá ser uma grande aventura. ■

ECONOMIA INTERNACIONAL

Angola desafia diamantes australianos

Angola poderá ultrapassar a produção de diamantes da Austrália, prevêem os responsáveis russos envolvidos na exploração da Katoka, na Lunda Sul

EXPRESSO, 12/12/98

RUI ONOFRE
em Moscovo

A CONCRETIZAÇÃO do projecto multinacional consignado na designação empresarial Katoka Ltd marca o início da ascensão de Angola ao clube dos gigantes mundiais dos diamantes. Ascensão de mãos dadas com um dos maiores potentados do sector, a Almazny Rossi-Sakha (ALROSSs), numa «troika» em que entra ainda o grupo brasileiro Odebrecht.

O projecto foi lançado a 5 de Agosto, quando extraíram o primeiro diamante do jazigo da Katoka, na Lunda Sul, a cerca de mil quilómetros de Luanda. A confirmação do êxito surgiu em Dezembro, quando Angola embolsou os primeiros quatro milhões de dólares (cerca de 730 mil contos) pela venda de diamantes extraídos nos primeiros dois meses de actividade da Katoka Ltd. A venda realizou-se na capital angolana à ALROSSs, que tem o direito de aquisição de 90 por cento da produção deste consórcio intercontinental.

A história da cooperação angolano-russa neste sector começou por um pedido de Luanda ao Governo soviético, em meados dos anos 70, no sentido de lhe prestar apoio na exploração do jazigo de Katoka, descoberto dez anos antes. A resposta soviética tardou. Só em meados da década de 80 esta questão conheceria progressos decisivos, quando o Governo soviético incumbiu a sua companhia diamantífera (nessa altura designada Jakutalmaz) de elaborar a fundamentação técnica e económica para a exploração da Katoka.

Porém, a instabilidade em Angola e na própria URSS levaria a que esse estudo no terreno só se iniciasse em 1989, quando o actual vice-presidente da ALROSSs, Vladimir Zuev, então geólogo número um da Jakutalmaz, se deslocou ao jazigo. Dois anos depois, o estudo ficava pronto. A assinatura dos documentos instituidores da sociedade mineira Katoka Lda ocorreria em Outubro de 1992. Isto, após o concurso vencido pela «troika» Endiama-ALROSSs-Odebrecht, cujas quotas nos 24 milhões de dólares de capital social do consórcio são repartidas em 40 por cento para as duas primeiras e 20 por cento para a firma brasileira. Os 86 milhões de dólares de investimentos já aplicados no projecto foram, segundo fontes russas, suportados fundamentalmente pela ALROSSs.

Entretanto, o projecto sofre uma travagem até 1995, motivada pela situação político-militar em Angola. A partir desta data, com o relançamento do

processo de paz no país em termos mais convincentes, os três parceiros «deitaram mãos à obra de forma muito activa», como nos declarou entre duas viagens a Angola Anatoli Kozeev, vice-presidente da ALROSSs e responsável nesta companhia pelo projecto Katoka Ltd.

A 16 de Agosto de 1996, o navio russo «Matvej Muravin» partiu de Sampetersburgo com a carcaça metálica da fábrica de mineração e o respectivo recheio tecnológico para a Katoka. A 5 de Setembro, o barco atracava perto de Luanda, iniciando-se o descarregamento. Dali fez-se o transporte via terrestre da fábrica russa destinada à implementação da primeira fase do projecto. Transporte realizado sob escolta armada do Governo, mas com garantias de segurança dadas pessoalmente pelo líder da UNITA, Jonas Savimbi.

Acordo de Savimbi

«Quando tivemos que transportar por terra o equipamento para o nosso complexo, Savimbi, não obstante todas as divergências existentes entre a UNITA e o Governo, propiciou e deu garantias de segurança à Katoka Ltd», afirmou Kozeev. «Deu-nos garantias de que tudo poderia ser transportado até ao último parafuso, e que ninguém nos atacaria, roubaria ou importunaria. E as garantias de Savimbi foram cumpridas a 100 por cento», acrescenta.

De acordo com Kozeev, a 29 de Setembro iniciou-se a montagem da fábrica. Todos os trabalhos de campo foram garantidos por quadros técnicos da Odebrecht, dando trabalho à população local. Uma grande luta teve de ser travada, por vezes de armas na mão, contra os garimpeiros ilegais que infestavam o território. De satisfazer que estes trabalhos se iniciaram em território minado, tendo-se registado alguns feridos. Alguns técnicos, perante semelhantes condições, preferiram procurar outros locais de trabalho. No entanto, a 31 de Julho deste ano, era descarregada a primeira camioneta de minério na fábrica, já pronta a laborar parcialmente.

A partir de Maio de 1998, este complexo fará mineração industrial de um milhão e meio de toneladas de rocha diamantífera, dando a Angola um milhão de quilates anuais da pedra preciosa. Calcula-se que o erário público do país receberá assim, anualmente, cerca de 70 milhões de dólares.

Entretanto, todas as expectativas iniciais estão a ser ultrapassadas. «Daf os parceiros deste consórcio começarem a analisar muito seriamente a antecipação do lançamento da segunda fase do projecto. Para tal, será construída uma nova

fábrica com capacidade de tratamento de 10 milhões de toneladas de minério por ano. Serão levadas a cabo novas pesquisas geológicas. «Se a Katoka antes havia sido investigada a uma profundidade de cem metros — diz-nos Anatoli Kozeev —, nós propomo-nos fazê-lo no mínimo a 400 metros, podendo mesmo chegar aos 600 metros de profundidade, por forma a obter o quadro geológico completo do jazigo.»

Após o lançamento da segunda fase do projecto, inicialmente previsto para daqui a seis anos, «a Katoka poderá dar entre 700 e 800 milhões de dólares anuais», declara o vice-presidente da ALROSSs, acrescentando que «a Katoka dá diamantes bastante graúdos. Encontram-se pedras preciosas com 20 e mais quilates em grande quantidade. A Katoka tem potencial para laborar ao nível previsto na segunda fase do projecto de 50 a 100 anos, o que a torna um dos jazigos mais importantes do mundo. Este sector tornar-se-á a base fundamental do desenvolvimento de Angola».

Um outro vice-presidente da ALROSSs, Serguei Oulin, admite mesmo que a produção diamantífera angolana a nível mundial ultrapassará a da Austrália, caso exista estabilidade política no país. «Angola poderá vir a atingir o nível da Rússia e até, talvez, da África do Sul», afirma.

Quanto à disponibilidade para aceitar parceiros portugueses, nomeadamente em projectos de lapidação dos diamantes angolanos, os responsáveis da ALROSSs declararam não terem conhecimento de qualquer proposta concreta. Contudo, manifestaram abertura para propostas de investimento, pois já possuem tecnologia e cérebros.

Isto foi-nos dito após alguma hesitação inicial. Talvez porque o consórcio Katoka Ltd já encontrou, com a bênção do Governo angolano, um quarto parceiro — a firma israelita LID. Trata-se de uma empresa com experiência na criação de complexos de lapidação, a qual deve investir na Katoka, logo de início, 25 milhões de dólares. O que atesta também um certo talento diplomático.

Com efeito, o departamento do MNE da Rússia para os assuntos africanos e o embaixador russo em Luanda conseguem, de forma muito activa, estar voltados bem de frente para ambos os contendores políticos angolanos.

Enquanto isso, o Palácio das Necessidades permanece de «esguelha», voltado ora para um lado ora para o outro, e vai fazendo declarações de desconfiança política ao secretário de Estado que melhor relacionamento com o Governo legítimo de Luanda vinha conseguindo...

ZIMBABWE

Um país à beira da explosão

Desgastado por 27 anos de poder e acossado pela crise económica, o Presidente Mugabe vira-se contra os brancos

EXPRESSO 12.12.97

NICOLE GUARDIOLA

O ZIMBABWE está à beira da explosão. Acossado pela crise económica e desgastado por 27 anos de poder, o Presidente Robert Mugabe lançou-se numa escalada populista, incitando a população negra contra a minoria branca, com a promessa de recuperar as terras roubadas pelos «filhos da Grã-Bretanha» e de fazer «pagar os ricos» para tirar da miséria os ex-combatentes da guerra de libertação.

Os acontecimentos precipitaram-se na terça-feira. Enquanto o Presidente Mugabe pronunciava no Parlamento o seu discurso anual sobre o estado da Nação, as ruas de Harare eram palco de uma batalha campal entre a polícia e manifestantes, que protestavam contra o aumento dos impostos e dos preços da gasoli-

na e da electricidade.

Proibida pelo Governo, mas autorizada pelo Supremo Tribunal, a manifestação, convocada pela central sindical única, Congress of Zimbabwe Trade Unions, iniciou-se de forma pacífica. A violência surgiu devido a uma brutal carga policial, com granadas de gás lacrimogéneo e bastonadas. Os manifestantes defenderam-se à pedrada, destruindo e incendiando veículos, lojas e edifícios públicos.

Manifestações idênticas tiveram lugar em todos as cidades do país. A jornada consumiu a ruptura definitiva entre os sindicatos e o ZANU, o partido de Mugabe, no poder desde 1980.

Em queda livre

A popularidade de Mugabe está fortemente abalada

por mais de um quarto de século de regime autoritário e de partido «quase único». Em Março de 1996 conseguiu fazer-se reeleger pela quarta vez, com mais de 95 por cento dos votos, uma quase unanimidade fortemente relativizada pela renúncia de todos os candidatos da oposição e a abstenção de 70 por cento dos eleitores.

Desde então, o descontentamento popular não parou de aumentar, alimentado pela crise económica e pela política de austeridade imposta pelo FMI e os ventos de liberdade vindos da vizinha África do Sul. As greves e manifestações sucedem-se, abrangendo todos os sectores da sociedade, e o Parlamento e os tribunais deixaram de ser dóceis correias de transmissão do regime, contestando cada vez mais abertamente as deci-

sões governamentais.

Surdo a todas as pressões internas e externas para democratizar o regime, Mugabe sentiu que estava a perder o controlo da situação em Julho, quando os «veteranos» ex-guerrilheiros da luta de libertação e meninos mimados do regime se juntaram à revolta popular, saqueando as sedes do partido e acusando o Presidente de traír o povo, condenando-o à miséria.

Um chorudo aumento das suas reformas e a promessa de novas regalias pôs termo à rebelião dos «veteranos», mas para angariar os milhões necessários sem agravar o défice orçamental foi preciso arranjar novas receitas — ou seja, aumentar os impostos.

Continua na pág. seg.

ANGOLA

Paciência chega ao fim

EXPRESSO 12.12.97

MUITOS dos militares portugueses que integram a missão da ONU em Angola (MONUA) estarão de regresso a casa para festejar o Ano Novo.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, informou o Conselho de Segurança da sua decisão de iniciar a retirada dos últimos contingentes militares da MONUA de Angola, retirada que deverá estar concluída na primeira semana de Janeiro.

A paciência, os meios e os argumentos esgotaram-se e a comunidade internacional prepara-se para deixar os angolanos decidir sozinhos se querem viver em paz ou mergulhar num novo banho de sangue. A recusa de Jonas Savimbi em ir a Luanda encontrar-se com Madeleine Albright, chefe da diplomacia americana, foi a gota que fez transbordar o vaso. Albright deixou claro que, a partir de agora, os EUA não terão em Angola outro interlocutor senão o Governo, de que a UNITA faz parte e com o qual pretendem intensificar a cooperação em todos os domínios, incluído o militar. As relações bilaterais foram os únicos temas abordados durante a sua curta visita a Angola, que incluiu uma passagem por Cabinda.

A direcção da UNITA, reunida esta semana no Bailundo, aparentemente sem a participação de Jonas Savimbi, parece ter-se apercebido finalmente da gravidade da situação e do isolamento em que ficou. Num comunicado divulgado quinta-feira, expressa uma «grande apreensão» fa-

ce ao conteúdo do último relatório de Kofi Annan, que interpreta como «o prelúdio para imposição de mais sanções injustas contra a UNITA». Depois de acusar a MONUA de ser «parcial e tendenciosa», considera que a sua retirada seria «irresponsável» e deixaria Angola «numa situação perigosamente explosiva».

Demasiado tarde para inverter a marcha? Imune ao desalento, o mediador Alioune Beye conserva uma réstia de esperança. Confessando-se «terrivelmente cansado», tirou um mês de férias mas diz-se pronto a interrompê-las se houver «algo novo». É pouco provável que tal aconteça. Com Jonas Savimbi ausente em parte incerta e o Presidente José Eduardo dos Santos convalescente e impossibilitado de viajar nos próximos meses, o anunciado encontro entre ambos está fora de questão num futuro previsível.

Três anos depois de Lusaka, a autoridade do Estado só foi plenamente restabelecida em quatro das 18 províncias angolanas e o recurso à força aparece cada vez mais inelutável.

O próprio Kofi Annan reconhece-o implicitamente, ao agradecer ao Governo angolano o facto de ter decidido suspender «temporariamente» as «operações de segurança» que as Forças Armadas Angolanas começaram a desenvolver no sul do país.

N.G.

Governo angolano ilibado no 'caso Malanje'

PÚBLICO, 11.12.97

UMA COMISSÃO de inquérito formada por elementos do Governo angolano, da UNITA e da missão de observação da ONU concluiu que as mortes dos dez militantes da UNITA que se encontravam presos em Malanje são da responsabilidade de um deles, que se suicidou em seguida. O Governo angolano não teve qualquer responsabilidade no incidente, reconheceu a Comissão Conjunta (CC), o órgão que supervisiona a aplicação do protocolo de Lusaca e que se reuniu terça-feira em Malanje com a comissão de inquérito, noticiou ontem a agência ANGOP, numa nota chegada à redacção do PÚBLICO através da Embaixada angolana. As vítimas mortais do incidente de Malanje, segundo a mesma nota, faziam parte de um grupo de 22 elementos da UNITA (entre eles um coronel e um major das forças militares da UNITA) que a 11 de Novembro tentou atacar o município de Cangandala. ■

Madeleine Albright em Cabinda e Luanda

Confirmação do eixo Washington-Luanda

PÚBLICO, 13.12.97

A SECRETARIA norte-americana de Estado, Madeleine Albright, anunciou ontem durante a visita a uma plataforma petrolífera nas águas de Cabinda que a agência dos Estados Unidos para auxílio ao desenvolvimento (USAID) e a multinacional Chevron decidiram trabalhar em conjunto na "reconstrução e desenvolvimento económico" de Angola.

Albright recordou, na mesma ocasião, que o Import-Export Bank norte-americano está a ultimar um empréstimo de 90 milhões de dólares (mais de 16 milhões de contos) para a exploração de novos campos petrolíferos na província de Cabinda.

Além disso, explicou, o Departamento de Estado discute presentemente com a Chevron e com a companhia local Sonangol um auxílio suplementar de 350 milhões de dólares (63 milhões de contos), para que Angola possa comprar mais equipamento norte-americano.

Ao sublinhar que o petróleo angolano já representa sete por cento das importações norte-

americanos de combustível em bruto, ou seja o triplo do que se importava do Kuwait no início da presente década, a secretária de Estado afirmou que tal percentagem deverá aumentar "de forma espectacular durante os próximos anos".

A Chevron e as demais empresas que extraem o "ouro negro" de Cabinda produzem actualmente, no seu total, 400 mil barris diários, um pouco mais de metade de toda a produção angolana, que entretanto está a subir e dentro de três anos já se deverá cifrar em um milhão de barris.

Madeleine Albright esteve em Cabinda depois de a empresa francesa Elf haver anunciado a descoberta de mais uma grande jazida de petróleo ao largo de Angola; e no prosseguimento de uma acesa competição entre Washington e Paris pelos favores das autoridades angolanas.

Ontem, depois da deslocação aos campos petrolíferos, a visitante esteve durante uma hora, em Luanda, com o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que se encontra actualmente na primeira linha dos aliados norte-americanos no continente africano.

"Toda a gente está interessada em explorar o petróleo com toda a segurança, os governos e as companhias, numa altura em que as descobertas jazidas on-shore e off-shore se sucedem regularmente, de Angola à Nigéria", comentou um perito ocidental ontem mencionado pela AFP.

Depois de ter ajudado Laurent-Désiré Kabila e Denis Sassou Nguesso a tomarem o poder respectivamente em Kinshasa e em Brazzaville, Angola passou a ser vista como um gigante político-militar que ninguém pode ignorar.

"Face a uma diplomacia e a um Exército praticamente inexistentes na República Democrática do Congo (RDC, de Kabila), os angolanos tiveram o jogo facilitado", observou um diplomata europeu escutado em Libreville pela agência noticiosa francesa.

Albright, que já quinta-feira efectuara uma breve paragem em Luanda, devido ao temporal que impediu o seu avião de ir logo do Ruan-

da para Kinshasa, acabou por estar na RDC a conferenciar com o sucessor de Mobutu, ao qual pediu que acabe com a proibição de actividades políticas e prometeu uma ajuda a rondar os 40 milhões de dólares (mais de sete milhões de contos).

A chefe da diplomacia norte-americana disse ter conseguido estabelecer uma "excelente relação" com Kabila e que Kinshasa é "a chave do futuro da África Central", aonde deverão regressar voluntários norte-americanos do corpo de paz, que se dedicam a tarefas de desenvolvimento.

Entretanto, também recordou que o Congresso dos Estados Unidos está muito atento à maneira como o Presidente Kabila respeitará ou não "as suas obrigações em matéria de direitos humanos e de democracia"; bem como ao inquérito das Nações Unidas sobre as acusações de chacinas cometidas no antigo Zaire.

Na conferência de imprensa dada em conjunto com Albright, o anfitrião não deu grandes garantias de se comportar exactamente tal como Washington espera: "Muita gente irá para a cadeia se andar a incitar o povo à violência. Viva a democracia!" ■ J.H.

Continuação da pág. anterior

Um país à beira da explosão

Um bode expiatório

Mugabe procurou um bode expiatório e apontou o dedo à minoria branca, que acusa de sabotar a economia e fomentar a desestabilização social para recuperar o poder.

Prometeu obrigar os «neo-colonialistas» a devolver as riquezas roubadas ao povo e, tirando da gaveta a velha bandeira da reforma agrária, propôs expropriar metade das terras dos «farmers» brancos, para as distribuir aos camponeses negros.

No mês passado, o Parlamento aprovou uma lista de 1772 grandes propriedades a nacionalizar sem indemnização, totalizando 5 milhões de hectares. A semana passada, Mugabe apelou aos cinco mil delegados à Conferência Nacional do ZANU que mobilizem o povo para «acabar de uma vez com o colonialis-

mo» e retomar a posse «da terra dos antepassados».

Contudo, a agricultura e a pastorícia tradicionais já não são vistos como uma meta para sair da miséria. A maioria dos jovens aspira a ter um emprego remunerado, de preferência na cidade.

Segundo a oposição, a «revolução» de Mugabe não passa de uma manobra de diversão destinada a agradar aos «barões» do regime e a manipular os sentimentos de ódio e frustração das camadas mais miseráveis da população, incitando-as contra os «ricos» e as «elites» urbanas.

Ao acusar os adversários da política governamental de «defensores do statu quo» herdado do regime colonial, Mugabe lançou os ex-guerrilheiros na batalha política e acendeu o rastilho de uma guerra civil.

Aos leitores

Este número de Notícias Africanas, a edição 188, é o último a ser publicado em sua forma atual, com as notícias de jornais e revistas sendo recortadas, rediagramadas e impressas em xerox. Em momento oportuno, faremos chegar aos leitores como poderão continuar a acompanhar o noticiário sobre a África de língua portuguesa e austral no único *clipping* sobre o tema publicado no Brasil.

Madeleine Albright de visita a Nelson Mandela

“Um dos gigantes do nosso século”

PÚBLICO, 14.12.97

“ESTOU NA presença de um dos gigantes do nosso século”, declarou a secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, quando ontem visitou em Pretória o Presidente da República da África do Sul, Nelson Mandela, que esta semana vai deixar a liderança do ANC, passando-a ao vice-presidente, Thabo Mbeki.

“Foi um grande prazer reunir-me com um homem de tão incrível sabedoria”, acrescentou Albright, perante os ténues protestos do visado: “Está a ser muito simpática para com um velho.”

Na verdade, a parte substancial das conversações da secretária de Estado foi já com Mbeki, que em 1999 deverá ascender à Presidência da República, a fim de tentar dar um novo dinamismo a uma instituição que Mandela tem procurado prestigiar, desde que foi eleito, em Maio de 1994.

Os sul-africanos concordam com os Estados Unidos quanto a diversas questões que afectam a África, mas não os acompanham na sua hostilidade em re-

lação à Líbia e ao Sudão, pois orgulham-se de seguir uma política externa própria, não subordinada aos interesses de nenhuma grande potência. E na Administração Mbeki esse sector deverá provavelmente vir a ficar a cargo do actual vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Aziz Pahad, com reforma do actual titular, o idoso Alfred Nzo.

Madeleine Albright encontra-se há seis dias a preparar o terreno para a visita que o Presidente Bill Clinton deverá efectuar ao continente africano durante o primeiro semestre de 1998, tendo já estado na Etiópia, Uganda, Ruanda, República Democrática do Congo (RDC) e Angola, antes de se deslocar a Pretória e à Cidade do Cabo, de onde hoje segue para o Zimbábue, que se encontra em profunda convulsão político-social.

Os pontos de concordância que encontrou com Mbeki incluem a necessidade de se conseguir a estabilidade na RDC e em Angola, dois países fundamentais para que toda a África que vai do Golfo da Guiné ao

Canal de Moçambique comece a fugir aos índices de subdesenvolvimento a que muitas vezes pareceu

condenada durante as últimas décadas.

Lençóis de petróleo

Um dos motivos pelos quais os Estados Unidos hoje em dia se interessam mais pelos assuntos africanos do que há 10 ou 15 anos é a existência de enormes lençóis de petróleo descendentes desde as águas da Guiné Equatorial e de São Tomé e Príncipe até às de Angola, o que combinado com os diamantes desta última, da RDC e de outros territórios da região constitui um enorme potencial de riqueza.

Além disso, o país actualmente dirigido por Laurent-Désiré Kabila é excepcionalmente rico em cursos de água, que poderão gerar energia a baixo custo e permitir uma certa industrialização da África Central.

Se acaso a RDC estabilizar, deverá ser convidada a aderir à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que — à sombra tutelar de Pretória — já engloba países como Angola, Moçambique, Namíbia, Botswana e Maurícia.

A médio prazo, dentro de

uma dúzia de anos, a SADC poderá constituir um razoável mercado de alguns 130 milhões de cidadãos com o qual a União Europeia e os Estados Unidos queiram ter relações privilegiadas.

Tendo-se revelado incosequente o sonho de cooperação política e económica a nível de todo o continente, como a Organização de Unidade Africana bem o tem demonstrado, dada a sua falta de operacionalidade, o futuro parece pertencer a entidades de nível mais restrito, como uma SADC eventualmente alargada a mais quatro ou cinco membros.

O termo do périplo africano de Madeleine Albright, amanhã, no Egipto, coincide com o início de uma viagem que o enviado especial da União Europeia para a região dos Grandes Lagos, o italiano Aldo Ajello, vai efectuar ao Ruanda, à Etiópia e à Tanzânia.

Europeus e norte-americanos vão seguindo atentamente as jogadas uns dos outros no que a África diz respeito, muitas vezes pensando decerto em tudo aquilo que em tal continente ainda estará por explorar — como o ouro, o ferro, o cobre, o zinco, o estanho, o urânio e os fosfatos. ■

CAHORA BASSA

África do Sul ameaça exploração comercial

EXPRESSO, 10.1.98

A ÁFRICA do Sul pode inviabilizar comercialmente a exploração do projecto Hidroeléctrico de Cahora Bassa (HCB) se mantiver a recusa de rever as tarifas. Em 1988, as partes portuguesa, que tem 82 por cento da HCB, moçambicana e sul-africana acordaram numa tarifa de dois céntimos de rand por quilowatt/hora, um valor que tem de subir para 7,6 céntimos para tornar rentável o empreendimento. Os vários encontros tripartidos ocorridos em 1997 para rever o tarifário foram inconclusivos e a África do Sul argumenta que produz electrici-

dade a um preço mais baixo daquele que a HCB quer cobrar quando começar a exportar energia eléctrica para o seu vizinho. A administração da HCB defende que a viabilidade financeira do empreendimento, onde o Estado português já investiu 320 milhões de contos, só será conseguida com a actualização das tarifas estabelecidas há 10 anos.

Para o director comercial da Eskom, a companhia sul-africana de electricidade, «há muito dinheiro em jogo e enquanto empresa pública temos de defender os nossos direitos». O Governo moçam-

bicano, por seu lado, classifica de «obsoleto» o preço de energia que os sul-africanos querem pagar. Ironicamente, a electricidade consumida no sul de Moçambique é actualmente adquirida à África do Sul numa transmissão de retorno da corrente eléctrica de Cahora Bassa, custando mensalmente ao Governo de Maputo cerca de 165 mil contos.

Segundo uma fonte da HCB, os testes de fornecimento à África do Sul começam na próxima semana prevendo-se que o abastecimento em pleno esteja em curso dois meses depois, mas «primeiro tem de

estar resolvida a questão das tarifas». Actualmente, o Zimbábue está a comprar 400 megawatts a Cahora Bassa, retirados da fatia de 1450 pertencentes ao cliente sul-africano.

Se o impasse for ultrapassado, a HCB conseguirá pela primeira vez gerar receitas e, eventualmente, tornar-se atractiva para potenciais investidores. A hipótese de venda de parte do capital que Portugal detém na hidroeléctrica foi levantada o ano passado mas obriga à alteração do quadro jurídico da HCB.

M. CARVALHO/
M. CONTRERAS

PEPETELA: "OS HOLANDESES TRATAVAM OS ESCRAVOS MELHOR QUE OS PORTUGUESES"

"A Gloriosa Família" é um romance "estórico". Pepetela recria nele a sociedade escravagista de Luanda no século XVII. Com a ajuda do mais inverosímil narrador da literatura angolana: um escravo, mudo e analfabeto.

PÚBLICO, 3.1.98

TEXTO ANTÓNIO DA CONCEIÇÃO TOMÁS

Quando nos Estados Unidos se discute se o Presidente da República deve ou não pedir desculpas aos negros pelo tráfico de escravos, e no Brasil começam-se a escrever livros sobre a escravatura, do ponto de vista dos escravos, em Portugal, Pepetela lança "A Gloriosa Família". O romance do mais recente Prémio Camões tem como pano de fundo a sociedade escravagista de Luanda no séc. XVII.

PÚBLICO — Ressalta logo em "A Gloriosa Família" a forma como o narrador foi concebido. Como nasce a ideia do escravo-narrador?

Pepetela — Este é um livro que relata os conflitos e as contradições entre holandeses e portugueses, fundamentalmente. Era forçado que a acção se passasse em Luanda, numa altura em que estavam os holandeses. Havia poucos portugueses, mas havia alguns. Então e os angolanos? Tinha que haver um ponto de vista angolano. Então lembrei-me de pô-lo como escravo. Bom, é um escravo muito particular, porque no fundo não tem acção na história.

P. — Tem uma acção no fim, quando dá o filho a Chicomba, o que é surpreendente, porque tem-se a impressão que a intenção é que o escravo não tenha acção.

R. — Mas por parte do autor é intencional que só seja essa a acção dele, porque aí ele se definiu. A ideia era que houvesse uma voz angolana neste conflito, que era muito mais entre europeus. A voz angolana é a do narrador.

P. — O que é que ele tem de Pepetela? Vê-se que ele defende muito os seus pontos de vista, o discurso nacionalista, por exemplo.

R. — É, a ideia é essa. Porque quando se faz um livro sobre a história, não digo que seja um romance histórico mais um livro sobre o passado, há uma tentativa de recriação deste passado. Mas é importante não esquecer que esta recriação do passado é feita com os olhos de hoje, com os olhos actuais. Portanto, o autor não é neutro, o narrador não é um espectador passivo do que se passou; no fundo tem a sua opinião, e é evidente que, em relação aquela situação do séc. XVII em Angola, a minha posição tem de estar muito próxima da do meu narrador. Embora ele tenha as suas liberdades. Por exemplo, eu não sou tão "voyeur" como ele era... (risos)

P. — Terá sido sua intenção atirar a discussão sobre a escravatura?

R. — Claro que sim. Vê-se que um dos problemas centrais, pelo menos um dos temas deste livro, é realmente a escravatura. Porque não se pode analisar, relatar um pouco a história da sociedade em Angola, naquela altura, sem se referir a escravatura.

P. — Tenho a impressão que era a única razão para a ida dos europeus a África...

R. — Era a única razão. É verdade que a primeira razão, pelo menos oficial, para a criação de Luanda foi haver uma cidade-porto que servisse de base para a penetração no interior, para se chegar às minas de prata de Cambambe. Mas a razão fundamental era sem dúvida a criação de um porto que servisse para a exportação de escravos. E foi para isso que Angola foi organizada como colónia. Aliás toda a vida da colónia se fazia a partir do tráfico de escravos.

P. — Uma das impressões que se tem ao ler o livro é que o narrador sabe de mais para escravo.

R. — O narrador é absolutamente inverosímil. Ele sabe tudo, sabe uma série de livros, até francês já percebe.

P. — Entretanto ele vai-se desculpando, dizendo "eu não sei de nada", "eu só sei da vida"...

R. — (Risos) Tentei provocar alguns efeitos-surpresa e dar um certo humor, quer dizer uma certa ironia. Essa ironia vem sempre do narra-

dor, por isso o narrador tem de ser um bocado inverosímil. Se fosse "certinho" de mais, perdia toda a piada. Já não surpreendia.

P. — O livro tem muitos anacronismos. Dá a impressão que há sobreposição de épocas numa única superfície...

R. — Talvez haja uma leitura actual de acontecimentos passados que provoca um bocado isso. Que isto fique bem claro: o livro não é um romance histórico, é um romance estórico. Não é por acaso que o próprio Cadornega aparece como personagem. E ele próprio a explicar, no fundo a dar uma justificação a certos dos aspectos ideológicos da sua crónica das guerras angolanas. Não é por acaso, é um pouco também para discutir a história.

P. — Em dois momentos tem-se a impressão que ele descreve a história, quando diz: "acho que vou colocar esta história aqui". Há duas partes em que ele diz isso.

R. — Uma das vezes ele diz: a continuação desta história passa-se mais tarde mas eu ponho já agora, despacho já esse assunto e passo para um outro. Ele salta no tempo, para contar a estória. Porque aí era um problema narrativo: se eu interrompesse a história para a retomar mais tarde criava uma série de problemas, de maneira que resolvi assim. Eu não, o narrador.

P. — Fala-se das relações familiares do séc. XVII, e das instituições da época, como se fossem actuais.

R. — É uma família em que o pai é holandês, ou flamengo, e trata as filhas como um

>>> holandês trataria as suas filhas. Mas aí eu tento explicar, porque havia uma diferença entre a condição feminina portuguesa e a holandesa. A mulher holandesa é muito mais livre que a portuguesa. A holandesa ia com o homem, à taberna beber, enquanto que a portuguesa nunca podia fazer isso, só saía de casa para ir à missa. É uma família que é diferente das famílias portuguesas. Aliás, isso fica claro quando eles vão a Massangano, ou quando há uma ou outra visita portuguesa lá a casa. Realmente é uma família muito especial, uma família diferente, neste caso pelo facto de o pai ser flamengo.

P. — A propósito dos anacronismos, lembro-me de uma frase do pintor Barlaeus, que diz "Não será enganar as pessoas se puser um sol de Maio num quadro de Junho". Não é um bocado isso que faz?

R. — A intenção é fazer as pessoas pensarem um bocado nesta época, mas sem grandes mitificações, e interrogarem-se se o que está em "A Gloriosa Família" é História.

P. — Os holandeses do seu livro criticam muito a colonização portuguesa e a promiscuidade racial. Teriam eles outro modelo de colonização?

R. — Bom, certas coisas são realmente históricas, outras coisas são um bocado mais ficção. Por exemplo, a questão da dita promiscuidade racial é mais minha do que dos documentos. Mas eu estou convencido de que era assim. Os documentos não são tão taxativos. Mas eu acho que sim, porque são estes holandeses que quando saem de Angola criam a Colónia de Cape Town, a Cidade do Cabo. E depois vão criar o "Apartheid" e a segregação racial. Portanto não há razão para que em Angola tivessem outro tipo de atitude. Mas eles tratavam os escravos melhor que os portugueses. Sem dúvida, porque há documentos da época, escritos por portugueses, a reconhecerem isso. Os holandeses escravizavam uma pessoa, mas quando essa pessoa tivesse uma certa idade ela era libertada. Não havia escravatura perpétua. Ao passo que os portugueses não, escravizavam até morrer, e os filhos e os netos. Aí já há uma grande diferença. É mesmo ao nível dos tratos, da comida que se dá aos escravos, a utilização do chicote, os portugueses eram mais violentos, tratavam pior, isso aí é indiscutível.

P. — Os escravos de "A Gloriosa Família" são livres, têm personalidade, o que

contraria a ideia que se tem dos escravos...

R. — Sim, eu penso que eram assim. Por exemplo, a visão do escravo-objeto que não se revolta, e que aceita tudo, é uma visão do colonizador, visão que o dono de escravos nos deu para o futuro. Eles é que fizeram a História e a História é a História dos vencedores. Portanto, os escravos que apareciam, pelo menos na literatura da época, são uns ignorantes, quase animais e que portanto só podiam aprender com o chicote, não se podia confiar neles, tinham que andar sempre amarrados, senão a única coisa que poderiam fazer, era fugir. O que não explica que estes mesmo escravos vão para o Brasil e se organizem em Quilombos. O Quilombo de Palmares é uma república que durou um século. Eu acho que está tudo dito.

P. — Os portugueses toleravam os casamentos inter-raciais, apesar de considerarem tão mal os escravos?

R. — Toleravam os casamentos inter-raciais por uma razão muito simples: havia poucas mulheres brancas, nos primeiros séculos da colonização; aliás, até finais do século passado. Antes disso, a maior parte das pessoas que ia para Angola eram condenados, de delito comum ou do chamado delito religioso, os judeus e alguns protestantes, porque só esses é que eram a mão-de-obra possível para mandar para as colónias africanas.

P. — Mesmo no clero...

R. — Mesmo no clero. A maior parte dos padres que iam eram condenados, ou pelo menos eram castigados pelas ordens religiosas por serem indisciplinados, corruptos, por terem mulheres, qualquer coisa deste género. Iam para África redimir-se desses pecados. Era gente que de uma forma ou de outra foi marginalizada por Portugal.

P. — Quando se casavam com mulheres nativas, como era o estatuto do filho mulato? Tinha os direitos do pai ou os da mãe?

R. — Dependia da sua relação com o pai. Se era reconhecido pelo pai, tinha os direitos do pai, logo era cidadão livre. Se era uma relação de quintal, entre o senhor de escravos e uma das suas escravas, os filhos eram escravos e não tinham qualquer direito. Não é a cor que conta, mas sim o estatuto social em função do reconhecimento ou não pelo pai. Pelo pai e pela sociedade, porque no fundo eram famílias patriarcais e poligâmicas.

P. — E como é que se convivia num clima destes, com mulatos de casa, de quintal, escravos, forros?

R. — Tinha que haver tensões. Havia uma forte tensão, conflitos também, mas ao mesmo tempo alianças entre uns e outros. É claro que havia a mãe, a mulher do senhor que defendia os seus filhos contra os filhos que não eram seus. Provavelmente também havia muitas tensões entre os irmãos. No caso desta família não há. Deu para isso. Talvez pela própria figura de Baltazar Van Dum. Eu penso que a figura dele no fundo consegue estabelecer um certo equilíbrio e uma certa justiça entre os filhos, quer sejam de casa, quer sejam do quintal. Consegue fazer mais ou menos isso, embora haja uma certa diferença. Para missões arriscadas, ele manda os do quintal. Mesmo quando os portugueses chegam lá com Salvador Correia de Sá e é preciso contactá-los, porque se os holandeses ganharem fica-se mal, ele manda o filho do quintal.

P. — Essa é uma das partes em que há mais confusão entre os holandeses, os que não são holandeses, os portugueses, os negros, os mestiços...

R. — Porque aquilo acaba por ser uma sociedade realmente complexa. Já era complexa antes, com os holandeses ainda pior: as relações eram todas intercruzadas. Isso sem contar com os conflitos que foram trazidos pela religião. O facto de uns serem protestantes e outros católicos...

ESTRANHAS LIGAÇÕES

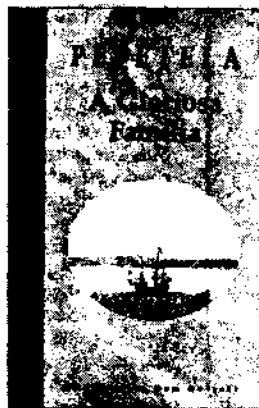
PÚBLICO, 3.1.98

Em "A Gloriosa Família", a pretexto da fundação de uma grande família, Pepetela recria a sociedade luandense do séc. XVII, durante a ocupação holandesa (1641-48). O escritor angolano recupera a figura de um flamengo, Baltazar Van Dum, que durante a ocupação movimentava-se entre portugueses e holandeses. Este personagem é referenciado no texto que serve de epígrafe à obra, extraído de "Histórias das Guerras Angolanas", de António de Oliveira Cadornega. Para contar esta história, o autor serve-se do mais inverosímil narrador da literatura angolana, um escravo, mudo e analfabeto ("Por isso decidi ali, tenho de ser imparcial e objectivo, o meu passado não interessa, apenas tenho de relatar os factos tal como os viveu o meu dono e a sua gloriosa descendência, para isso fui criado").

Apesar de em muitas passagens do livro ter-se a impressão que a história é escrita, Pepete-

la nunca o revela claramente. Aliás, já muito perto do fim o escravo explica: "Uma desforra para tanto desprezo seria contar toda a história, um dia. Soube então que o faria, apesar de mudo e analfabeto. Usando poderes desconhecidos, dos que se ocultam no pó branco da pomba, ou nos riscos traçados nos areos das encrusilhadas pelos espíritos inquietos". O escravo-narrador, de quem nunca se sabe o nome, realiza constantes viagens ao futuro (em "flash-forward"), e tem uma apuradíssima consciência nacional, expressa no seu discurso sobre a angolanidade e a História, herdando alguns dos compromissos ideológicos do autor: "Assim se perderam todos os documentos da conquista e fundação da cidade e todos os mambos e makas que aconteceram nesses anos todos até à chegada dos mafulos. Depois somos nós que não temos sentido da História".

Uma das passagens emblemáticas do romance, e que es-



TÍTULO: A Gloriosa Família
AUTOR: PEPELELA
EDITOR: DOM QUIROTE
410 pgs.

conde uma leitura possível de "A Gloriosa Família", surge quando o pintor Barlaeus, insatisfeito, pinta um panorama da cidade de Luanda, e pergunta-se: "Não será enganar as pessoas se puser

um sol de Maio num quadro de Junho?". Pepetela faz confluír a visão intemporal do seu narrador para os sete anos em que a estória (da História) decorre, em contínuo e inquietante diálogo com a posteridade. Por isso, para além da linguagem que o autor vai buscar à Luanda contemporânea, os seus personagens preocupam-se com códigos de honra e referem-se a fenómenos como "atrasar a raça".

Em "A Gloriosa Família" tem-se um quadro sobre a complexidade da sociedade luandense da época. As vezes pacificamente, outras nem tanto, convivem portugueses, católicos e judeus, holandeses e flamengos, calvinistas, huguenotes, e nativos animistas ou católicos. O pano de fundo é uma guerra para o domínio do tráfico de escravos. Em guerras, como tem mostrado toda a obra de Pepetela, merço do seu passado de guerrilheiro e estratégia militar, poucos se movimentam melhor. ■

ANTÓNIO DA CONCEIÇÃO TOMÁS

Moçambique Dhlakama demite "histórico"

AFONSO DHLAKAMA, presidente da Renamo, o maior partido da oposição em Moçambique, demitiu o seu secretário-geral, José de Castro, sem indicar claramente os motivos. Uma nota da Renamo distribuída à imprensa em Maputo refere que a decisão do líder do ex-movimento rebelde foi precedida de consultas ao Conselho Nacional e à Comissão Política.

Castro, um "histórico" da ala civil da Renamo, é membro, pelo partido, da Comissão Nacional de Eleições moçambicana que em Maio, como está agendado, terá de levar a cabo as primeiras eleições autárquicas na história do país.

Nesta mini-remodelação partidária, Afonso Dhlakama destituiu também o SG-adjunto e deputado da Assembleia da República, Albino Faite.

Para novo SG, foi indicado João Alexandre, 50 anos, trabalhador têxtil, deputado que, tal como Castro, não participou activamente na guerra da Renamo contra os governos anteriores da Frelimo.

O comunicado aponta que o facto de Alexandre não ter sido eleito tem a ver com o carácter "pontual" da

sua nomeação. "Só fariamos eleições se estivessemos em Congresso", disse uma fonte partidária.

Fontes da presidência da Renamo justificaram a demissão de José de Castro com a necessidade de tornar a máquina partidária "mais flexível".

para fazer face às próximas eleições. "Estamos num ano de eleições e é preciso dar a dinâmica que se pretende por forma a que o partido alcance vitórias", disse ao PÚBLICO em Maputo um quadro superior da Renamo.

A aparente inoperância de José de Castro, que era SG desde 1995, altura em que substituiu Vicente Ullulo, hoje um dos vice-presidentes da Assembleia da República, já tinha sido mencionada por Dhlakama, há poucos meses, quando numa entrevista ao semanário "Savana", da capital, o acusou de ser uma pessoa "pesada e sem iniciativas".

Contudo, o comunicado oficial sobre a demissão atribuiu à sua "incompatibilidade" por estar ligado à CNE, o que lhe "retira a possibilidade de trabalhar a tempo inteiro no partido".

A Renamo prepara-se para concorrer às autárquias locais como forte adversária da Frelimo, gozando de muita simpatia entre o eleitorado do centro-norte de Moçambique e havendo mesmo sondagens que apontam para a sua vitória em grandes cidades como Beira e Quelimane. ■

Marcelo Mosse, em Maputo

PÚBLICO, 14.1.98

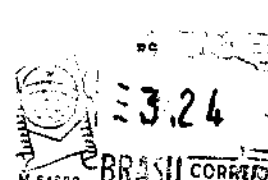
Não deixe de assinar

ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

É fácil.

É só ligar (021) 531-2636

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ Brasil - Tel. (021) 531-



COLIN DARCH (I)
University Library
University of the Western Cape
Private BAG X-17,
Bellville 7535

EX 00000-000 Africa do Sul

IMPRESSO